



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



O nó das vacinas I

A União Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) levou deputados estaduais de 10 unidades da Federação para uma reunião na Embaixada da China. Os parlamentares pediram aos diplomatas orientação sobre como os governadores podem comprar imunizantes diretamente naquele país. O ministro conselheiro Qu Yuhui, que os atendeu, foi sincero: vão manter as entregas do que já foi contratado, mas ampliar a remessa de imunizantes, a partir de novos pedidos, somente a partir do segundo semestre.

O nó das vacinas II

Parlamentares de Distrito Federal, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Pará, Sergipe, Rio Grande do Sul e Espírito Santo saíram preocupados com a perspectiva de que, em algum momento, faltará vacinas para acelerar a vacinação este semestre.

Não mexe com Guedes

Novas reformas no primeiro escalão, para fatiar o Ministério da Economia e criar outras pastas a fim de acomodar senadores, não estão nos planos palacianos neste momento. Mas a ordem é de toda deferência ao Senado, sem alterar a estrutura de Paulo Guedes.

Por falar em Guedes...

Após a retomada da tensão entre o ministro da Economia e o do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, a negociação necessária à sanção do Orçamento voltou uma casa. Se o Poder Executivo não afinar o discurso, vai ficar difícil convencer o Parlamento a cancelar qualquer acordo.



Barrar a CPI é missão quase impossível

O governo terá dificuldades em promover a retirada de assinaturas da CPI da Covid porque, somados os independentes e os oposicionistas, são 29 senadores que consideram necessário investigar por que o país chegou a essa situação de quase 350 mil mortos — ou seja, mais do que toda a população do Plano Piloto ou três vezes a população de Águas Claras. Diante dessa perspectiva de fracasso no plano A, o plano B é atrasar ao máximo a instalação, o que não será muito difícil, porque é preciso a leitura do pedido em plenário e há, ainda, a perspectiva de análise pelo conjunto dos ministros do STF. Enquanto isso, o governo trabalhará na difusão de cuidados que devem ser tomados para se evitar a propagação do vírus, tentará ampliar a vacinação e adotará medidas mais políticas — como o afastamento do assessor internacional Filipe Martins, caso ele seja mesmo indiciado no caso do gesto obscuro e de duplo sentido, feito no Senado, atrás do presidente Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Bolsonaro, porém, não vai deixar de lado seu discurso aos apoiadores contra a CPI e com insinuações sobre a necessidade de impeachment dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Só tem um probleminha: quanto mais tensionar, mais difícil será acalmar o cenário e jogar a comissão de inquérito para escanteio.

Ana Rayssa/CB/D.A Press



A hora do Distrito Federal/ O secretário de Economia do Distrito Federal, André Clemente (foto), esteve no gabinete da ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, para saber das emendas que estão em atraso na liberação. Há restos a pagar desde 2017 que ainda não foram liquidados.

Toque feminino I/ No gabinete da ministra Flávia Arruda, vão sair as referências militares e entrar as de Brasília. A ideia é decorar o ambiente com flores do Cerrado e fotos da cidade.

Toque feminino II/ Desde a chegada da nova ministra, o uso de máscaras nas dependências da Segov é obrigatório. Bem como frascos de álcool em gel em quase todas as mesas. Antes, o acessório não era cobrado.

Reforço na segurança/ O STF colocou vidros à prova de bala. Sabe como é: diante da tensão entre o governo federal e a Corte, os ministros resolveram se precaver.

Proposta do senador Oriovisto Guimarães é desengavetada depois de o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, determinar à Presidência do Senado a instalação da CPI que pretende apurar as ações e omissões do governo durante a pandemia de covid-19

PEC atinge decisão monocrática

» JORGE VASCONCELLOS

Um dia depois de o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinar à Presidência do Senado a instalação de uma CPI para apurar ações e omissões do governo na pandemia, foi publicada, ontem, uma Proposta Emenda à Constituição (PEC) que restringe o alcance das decisões monocráticas no Judiciário. Trata-se da primeira medida concreta adotada pelo Senado em reação à ordem judicial.

A PEC 8/2021 foi publicada após o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) reapresentar a mesma proposta que havia protocolado em 2019, quando ainda nem se falava em CPI, e que, à época, foi rejeitada pelo Senado. Segundo o texto, as decisões cautelares nos tribunais não poderão ser monocráticas nos casos de declaração de inconstitucionalidade ou suspensão de eficácia de lei ou ato normativo (como decretos). As hipóteses em que couber liminar, de acordo com a matéria, exigirão o voto da maioria absoluta dos membros, ou seja, no caso do STF, seis dos 11 ministros.

A PEC trata, também, das situações em que um magistrado pede vista para aprofundar a análise

Jane de Araújo/Agência Senado



sobre um processo envolvendo medida cautelar. Segundo o texto, a vista deve ser concedida não só ao autor do pedido, mas a todo o plenário de magistrados. Além disso, o caso deverá retornar para julgamento do colegiado no prazo máximo de seis meses.

“Estou reapresentando a PEC que disciplina as decisões mono-

cráticas dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Ela já foi apresentada dois anos atrás. Não é por causa dessa última liminar, é por todas as decisões monocráticas que o Supremo toma”, disse Oriovisto.

Colegiado

O senador que “o Supremo tem que aprender a ser um colegiado,



O Supremo tem que aprender a ser um colegiado, decidir os 11. Quando um ministro decide sozinho, esse ministro fica com um poder absurdo”

Senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR)

decidir os 11. Quando um ministro decide sozinho, esse ministro fica com um poder absurdo. Veja: se 513 deputados, 81 senadores e o presidente da República aprovarem uma lei, um ministro do Supremo sozinho, em uma decisão monocrática, derruba a lei. Isso é um desequilíbrio que tem que acabar”, acrescentou, frisando

de que quer evitar o que ele chama de “interferência individual dos ministros do STF nas competências de outros Poderes”.

Oriovisto não é o único a defender restrições às decisões monocráticas no Judiciário. O senador Marcos do Val (Podemos-ES), por exemplo, pediu apoio a um projeto de sua autoria, o PL 816/2021, segundo o qual as decisões individuais de ministros do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando decretarem a nulidade de atos praticados em processos penais, só terão eficácia após ratificação por órgão colegiado.

A apresentação desse projeto foi motivada, segundo o senador, pela decisão tomada pelo ministro Edson Fachin, que declarou a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba no julgamento de ações penais contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o parlamentar, o projeto, caso vire lei, impede que decisões monocráticas penais “polêmicas” de nulidade passem a produzir efeitos imediatos.



CORONA VÍRUS

» Queda de Ramos interrompe posse

O presidente Jair Bolsonaro participou, ontem, da posse do novo comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos — que assumiu o cargo após a demissão do almirante Ilques Barbosa, que deixou o cargo junto com os comandantes do Exército e da Aeronáutica, que também foram exonerados pelo chefe do Executivo. A tranquilidade do evento foi interrompida, logo no começo e após o Hino Nacional, quando o ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, 64 anos, se desequilibrou e levou um tombo ao tentar sentar-se. Mas, rapidamente, levantou-se e fez sinal com os polegares de que estava bem. O ministro fez parte da comitiva que acompanhou Bolsonaro, com o vice-presidente Hamilton Mourão, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e o ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França.

» Caso Silveira: autos são compartilhados

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, autorizou o compartilhamento, com o Conselho de Ética da Câmara, dos autos do processo que levou o deputado federal Daniel Silveira (PSL) à prisão após ataques ao tribunal e apologia à ditadura militar. O bolsonarista, colocado em detenção domiciliar no mês passado, é alvo de um processo administrativo que pode levar à cassação do mandato. O colegiado também queria acesso às conversas entre o deputado e outros parlamentares e autoridades públicas, obtidas nos celulares e no notebook apreendidos pela Polícia Federal — negado por Moraes, que informou que o material está sendo periciado.

RACHADINHAS

STJ nega recurso a favor de Flávio Bolsonaro

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Jorge Mussi, rejeitou, ontem, um recurso da Procuradoria-Geral da República contra a decisão da Corte que anulou a quebra do sigilo fis-

cal e bancário do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e de outras 94 pessoas e empresas investigadas no chamado “inquérito das rachadinhas”. A decisão é considerada pelos procuradores

o maior revés desde a abertura do inquérito, há mais de dois anos.

Ao entrar com o recurso, a PGR pedia que o caso fosse levado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na avaliação do procurador Roberto Luís Oppermann Thomé, que assina o recurso, a análise do tema pelo STJ está “esgotada”.

No entanto, para chegar ao Supremo, o recurso precisava ter a admissibilidade reconhecida, no pró-

prio Superior Tribunal, pelo presidente da Corte, Humberto Martins, ou por Mussi. Ao STJ, Thomé também sustentou que não houve nulidade no pedido do Ministério Público do Rio para quebrar os sigilos dos investigados. A PGR ainda pode recorrer da decisão.

No final de fevereiro, pelo placar de 4 votos a 1, a Quinta Turma do STJ determinou que os investigadores do Ministério Público do

Rio retirem da apuração todas as informações obtidas a partir da devassa nas contas de Flávio e dos demais alvos da medida. A decisão foi tomada em conjunto pelos ministros João Otávio de Noronha, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik. Apenas o relator do caso, Felix Fischer, defendeu as quebras de sigilo, mas acabou isolado no julgamento.